

A ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA, VINTE ANOS DEPOIS*

Gilmar Mendes Lourenço**

A moeda brasileira, o real, nascida em 1.º de julho de 1994, completa 20 anos de existência absolutamente carente da viga mestra representada por uma abrangente e consistente orientação macroeconômica e apoiada apenas em retórica e prática populistas, represadoras de um conjunto apreciável de problemas que, por certo, emitirá a fatura maior depois das eleições.

Não é segredo para ninguém que a aliança hegemônica de poder que administra a nação desde 2003, ao surfar nas ondas radicais produzidas pelas altas cotações das *commodities* em escala global, foi gradativamente abandonando o tripé da estabilização, aplicado a partir de 1999, formado por câmbio flutuante, superávits fiscais primários e metas de inflação, e, o que é pior, apostando todas as fichas na dupla CC (crédito e consumo do governo e das famílias), especialmente com o auge do pânico da crise internacional, em setembro de 2008.

Cumpra reconhecer que em boa parte de seu mandato, o presidente Lula logrou êxito na amenização da reprodução local dos movimentos extremistas presentes na América Latina; na manutenção e ampliação do núcleo ortodoxo do esforço de ajustamento de Fernando Henrique Cardoso (FHC); na inserção quase perfeita do País nas circunstâncias exógenas propícias; na intensificação e alargamento da inclusão social, implementada desde meados da década de 1990 e escorada no bolsa família, na valorização do salário mínimo e no avanço do emprego formal.

Conforme estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o número de miseráveis ou extremamente pobres (com renda *per capita* mensal inferior a R\$ 70,0) recuou de 19,1 milhões de pessoas, em 1992, para 14,9 milhões, em 2002, e para 6,5 milhões em 2012.

Porém, do último trimestre de 2008 para cá o comportamento mudou, baseando-se em uma inadequada aplicação da doutrina keynesiana, perenizando programas anticíclicos. Mais que isso, desde 2011, o governo Dilma Rousseff alardeia o emprego de uma nova matriz econômica, amparada em crédito oficial subsidiado e incentivos tributários para os "eleitos do senhor" e pronunciado intervencionismo nas regras de operação e precificação de importantes atividades públicas e privadas, ensejando estrondosas perdas corporativas e sacrificando investimentos.

De esforços estruturantes sobraram os atabalhoados PAC e PBM e as intervencionistas e envergonhadas rodadas de concessões

De esforços estruturantes sobraram o programa de aceleração do crescimento (PAC), que está mais parecido com um empreendimento imobiliário, por conta da destinação de 55% dos recursos para o Minha Casa Minha Vida; o Plano Brasil Maior (PBM), que em vez de política industrial horizontal é um festival de desonerações fiscais para ramos escolhidos por critérios vagos; e as privatizações, ou concessões, como quer o governo, que, centradas no confuso e insuficiente Programa de Infraestrutura e Logística (PIL), esbarram em toda a sorte de interferências públicas, na busca de investimento sem lucro e viabilização do equilíbrio econômico mediante financiamentos contratados a juros reais reduzidos.

Como resultado, o Brasil colhe o retorno de embaraços considerados superados, como déficits externos recordes; elevação dos desequilíbrios nas finanças públicas; inflação próxima do teto da meta de 6,5% ao ano, fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN),

* Este artigo representa uma versão ampliada de LOURENÇO, Gilmar Mendes. O real, 20 anos depois. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 jun. 2014, Opinião, p.2.

** Economista, diretor-presidente do IPARDES.

apesar do represamento dos reajustes dos preços dos combustíveis, energia elétrica e transporte coletivo urbano, o que abre espaços para deslocamento de patamar em 2015; estagnação dos níveis de atividade econômica, causada, sobretudo, pela desidratação da indústria; dentre outros.

As trapalhadas com os elementos conjunturais têm sido ladeadas pela ausência de um projeto de expansão econômica sustentada, baseado na negociação política da segunda geração das reformas institucionais, incluindo a tributária, a fiscal, a trabalhista e sindical, a previdenciária, a patrimonial, a financeira e o pacto federativo, redefinindo receitas e responsabilidades entre União, estados e municípios.

Lembre-se que o primeiro estágio de mudanças concentrou-se nos anos 1990 e começo da década de 2000, com a abertura comercial, a desestatização, a regulamentação das concessões dos serviços públicos, a flexibilização dos monopólios do estado nos segmentos de petróleo e de telecomunicações, a adequação do conceito de empresa nacional e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sendo timidamente ampliado, nos tempos recentes, com o crédito consignado, o cadastro positivo e a lei de falências.

Essencialmente, a transposição do ciclo de inflação ainda tida como baixa para os padrões brasileiros, para uma marcha firme de crescimento econômico, exige correções de rota nos instrumentos de estabilização, sobretudo juros, câmbio e gastos públicos, e a radicalização de medidas de compressão de custos e multiplicação da eficiência do aparelho produtivo. As despesas de produção e de feitura de negócios são extremamente elevadas no Brasil quando comparadas à média mundial e dos mercados emergentes.

O controle da espiral de preços promove, dentre outras coisas, o resgate da noção de valor e a ampliação do horizonte temporal de previsibilidade no cálculo econômico, favorecendo tanto a programação de dispêndios das famílias, quanto a definição e execução das estratégias de investimentos das corporações produtivas.

Aos vinte anos, o real está debilitado e prostrado, em um clima de flagrante corrosão das relações entre os atores públicos e privados, caracterizado pela brutal queda da confiança empresarial e dos consumidores no executivo federal, o que vem provocando adiamento das decisões de compra e suspensão dos planos de investimentos, apesar dos generosos e camaradas financiamentos subsidiados ofertados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

À reconhecida inflação de oferta, o Planalto conseguiu acrescentar as tradicionais tensões de demanda representadas por impulso do déficit público nominal; aumento da disponibilidade real de crédito direcionado, desatrelado do estado de ânimo privado; e atualizações dos salários reais médios acima da curva de produtividade.

O revigoramento e os muitos anos de vida saudável do real dependem de um verdadeiro estadista, menos ocupado com as demandas eleitorais e mais preocupado com o futuro do País

Por tudo isso, o revigoramento e os muitos anos de vida saudável da moeda brasileira dependem da ação de um verdadeiro estadista transformador, menos ocupado com as demandas eleitorais e mais preocupado com o futuro do País. Uma revisita ao princípio do governo Itamar Franco, em 1992-1993, seria um belo exercício de resgate e aprendizado do pensamento e visão estratégica e da gênese de um padrão monetário forte.

Nunca é demais recordar a ocupação do Ministério da Fazenda da gestão Itamar, pelo Senador Fernando Henrique, em maio de 1993 (até março de 1994), e o subsequente lançamento do Programa de Ação Imediata (PAI), recheado de instrumentos que foram levantados e organizados por um grupo de economistas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) – André Lara Resende, Edmar Bacha, Gustavo Franco e Pêrsio Arida.

Na ocasião, houve destaque à necessidade de ativação de medidas que atacassem, com vigor, o desequilíbrio fiscal e financeiro das contas públicas, de maneira antecedente aos expedientes voltados a debelar a inflação inercial, representada pela projeção da

elevação média passada do nível geral de preços, incorporada de outros elementos de perturbação, inclusive os receios de edição de novos congelamentos de preços.

Essa escolha representou uma frente de combate à inflação desprovida de malabarismos normalmente definidos de afogadilho e materializados em congelamentos, tabelamentos ou confiscos de haveres financeiros. A sociedade passou a partilhar passo a passo do processo de estabilização, por intermédio de anúncios prévios, com ampla e qualificada construção de consensos, mediante a discussão com a participação das representações no Congresso Nacional.

As apreensões, incertezas e patologias, manifestadas de forma crescente pelos mercados desde 2012, na forma de estagflação (negócios cadentes e inflação ascendente) e identificação de evidentes sinais de populismo redistributivista (distribuição de renda sem crescimento econômico), passaram a ser captadas integralmente pelas sondagens de opinião e devem constituir ingrediente decisivo na confecção de propostas durante a etapa eleitoral que está começando.